

28 JUL 1977

O ESTADO DE S. PAULO - 9

Garcia admite convocação de Assembleia Constituinte

Da sucursal de
BRASÍLIA

Muito otimista, o governador do Mato Grosso, Garcia Neto, considerou ontem necessária a votação de uma nova Constituição para o País, admitindo, inclusive, a convocação de uma Assembleia Nacional com tal objetivo. Já o senador Luiz Cavalcante (Arena-AL) não mostrou as mesmas esperanças e manifestou-se descrente de que o presidente Geisel redemocratize o Brasil até o fim de seu governo.

Garcia Neto chegou até a examinar a possibilidade de um candidato civil à Presidência da República, assunto sobre o qual não quiseram falar ontem o governador do Pará, Aloysio Chaves e o ex-presidente do Senado, Magalhães Pinto.

O governador matogrossense recebeu os repórteres no escritório da representação de seu Estado em Brasília, cercado de assessores e exibindo dados sobre o progresso experimentado por Mato Grosso, nos últimos anos. Indagado, inicialmente, se admitia que o presidente Geisel ainda poderia devolver o Brasil ao Estado de Direito até o final de seu mandato, confirmou assim: "Acredito e acho até uma necessidade para o Brasil a reforma de sua Constituição. Não sou jurista mas existem alguns aspectos em seu texto que são inclusive contraditórios. É preciso lembrar que a Carta Magna de 1969 foi elaborada em momento de grande crise; devem ser revistos alguns de seus artigos".

Ele condicionou, porém, esta revisão a um amplo debate nacional: "Para isto é preciso que os políticos formulem as novas idéias. Não adianta reformar por reformar. Por exemplo, cabe examinar se é melhor para o Brasil o parlamentarismo ou o presidencialismo, o voto proporcional ou o distrital, o bipartidarismo ou pluripartidarismo, assuntos que deixaram de ser discutidos. Eles devem ser levantados, debatidos e, depois deste debate de idéias principais — e há outras que não citei —, é que

caberia a convocação de uma Constituinte".

Garcia Neto defendeu a inserção numa nova Carta Magna de dispositivos que assegurem a defesa do regime, "pois o AI-5 nasceu em decorrência da falta de um meio rápido, seguro e eficaz para evitar a destruição do regime democrático".

Indagado, sobre seu julgamento e respeito do comandante do II Exército, general Dilermano Gomes Monteiro, o governador matogrossense respondeu: "Não quero falar em nomes militares, pois isto poderá criar um clima de cisão nas Forças Armadas, apesar de seu espírito altaneiro. O General Dilermano é meu amigo, um matogrossense formidável, muito coerente. Todos os nomes cotados para a Presidência são dignos, com um passado voltado para o serviço da Pátria".

CIVIL?

Garcia Neto admite um sucessor civil para o presidente Geisel "porque a Constituição não impede que o posto seja ocupado por qualquer brasileiro maior de 35 anos de idade". E acrescenta: "Em política, às vezes, acontece o inesperado. Há um fato que dentro de certos parâmetros parece longínquo. Os parâmetros mudam, porém; a tendência nossa é ter um presidente civil e não há exclusividade de candidatura militar. Podem ser criadas condições para que seja escolhido um civil para a sucessão do presidente Geisel, embora, a curto prazo, não se possa chegar a esta conclusão".

Ele se recusou também a mencionar nomes destes civis em condições de ocupar a Presidência da República: "Falar em nomes não é pecado, mas a movimentação principalmente em torno de militares pode ferir a unidade das Forças Armadas. Há muitos civis dignos, mas nomeá-los será fazer um lançamento de candidatura, o que não é conveniente no momento atual".

CHAVES E MAGALHÃES

Depois de visitar o presidente da Arena, deputado Francellino Pereira, o governador do Pará, Aloysio Chaves, foi sucinto, ao

falar sobre o assunto: "Não se pode falar sobre sucessão. O partido já tomou posição sobre isto."

Ele negou haver proposto, há dois anos, uma candidatura civil à Presidência da República, explicando que, falando a repórteres, apenas admitira que "o candidato obviamente podia ser um civil".

O ex-presidente do Senado, Magalhães Pinto, mais discreto, que de costume, saiu-se na mesma linha: "Estou aqui para ver e ouvir os outros." E no tocante à sucessão, repetiu: "Deste assunto só vou tratar em janeiro, conforme orientação do presidente de meu partido".

LEI FALCÃO

O senador Luiz Cavalcanti, general reformado e presidente da Arena de Alagoas, assim respondeu aos repórteres quando lhe indagaram sobre se admitia que o presidente Geisel ainda tem condições de devolver o País ao Estado de Direito: "Sinceramente, não, em face das ações e reações de governo e da oposição".

Quanto à edição do Ato Complementar que suspendeu o acesso dos partidos ao rádio e à

televisão, disse o senador alagoano: "Vejo com melancolia que a nau institucional a cada dia mais se afasta do porto da distensão."

O sr. admite que vários candidatos à Presidência da República poderão ser submetidos ao julgamento da convenção da Arena, no próximo ano? — Indagaram os repórteres. "Deus queira que vingue. Acho isto positivo."

O mesmo no tocante à escolha dos candidatos aos governos estaduais? "Lógico. Se dissesse o contrário, seria uma grande incoerência."

Como encara a sugestão de extinguir-se a eleição indireta para um terço do Senado? "Não vi isto, não. Pela parte que me toca, não afetaria nada porque já declarei e reitero que só disputarei a reeleição pela via direta. É uma questão de preferência".

Luiz Cavalcanti nega que o governo tenha feito pouco pelos empresários: "Que o governo não tenha feito nada é terrível exagero. Por exemplo, não foram elevadas as taxas de juros? Foi, aliás, contra isto que o presidente Geisel falou em Manaus".